



**ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES

CONCURSO PÚBLICO **2013**

Nível Superior  
**MANHÃ**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Ao ser criada, em 1957, a Rede Ferroviária Federal  
S.A. integrou as diferentes ferrovias públicas do país.  
Nesse conjunto, a de maior quilometragem era a Rede Mineira  
4 de Viação, seguida de perto pela Estrada de Ferro Central do  
Brasil, que, contudo, era a mais importante. Seu nome já  
informava sobre sua relevância: era o centro ferroviário do  
7 país. Com ela entroncavam-se a Rede Mineira, a Leopoldina,  
a Leste Brasileiro, a Vitória, a Minas, a Campos do Jordão, a  
Santos, a Jundiá, a Morro Velho e outras ferrovias  
10 particulares, além das companhias de navegação do rio São Francisco.

Com o seu traçado e a abrangência ampliada pelos  
entroncamentos, a Central tinha cargas e passageiros bastante  
13 diversificados. Líquido ou sólido, vivo ou inanimado, são ou  
enfermo, inofensivo ou perigoso, frágil, repugnante, tudo e  
todos iam de trem para qualquer lugar.

16 Aos poucos, o perfil dos transportes nas antigas linhas  
da Central se modificou para atender, principalmente, aos  
interesses da mineração e da siderurgia. Trens enormes,  
19 tracionados por mais de uma locomotiva diesel-elétrica, fizeram  
da principal linha da Central um mineroduto, o que expulsou,  
gradativamente, os incômodos passageiros, que migravam para  
22 o transporte rodoviário — que era mais rápido, porém caro.  
A política para passageiros era clara: transporte de massas em  
grandes centros urbanos. Surgiu a Companhia Brasileira de  
25 Trens Urbanos e, com ela, o pós-moderno trem de subúrbio —  
o metrô de superfície —, com uma timidez da qual ainda não  
se refez. Vai ver pesa-lhe o título de trem metropolitano  
28 quando, na verdade, não passa de um excelente trenzinho  
urbano, restrito aos limites da capital.

Helena Guimarães Campos. *A era da RFFSA*.  
Internet: <[www.ongtrem.org.br](http://www.ongtrem.org.br)> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Sem prejuízo do sentido original do texto, na linha 26, o termo “da qual”, que retoma “timidez”, poderia ser corretamente substituído pelo pronome **que**.
- 2 A forma verbal “modificou” (ℓ.17), flexionada no singular para concordar com o termo “o perfil” (ℓ.16), poderia ser corretamente flexionada no plural — **modificaram** —, caso em que concordaria com o termo “dos transportes nas antigas linhas da Central” (ℓ.16-17).
- 3 O fato de o texto apresentar, no passado, uma sequência de fatos permite classificá-lo como predominantemente narrativo.
- 4 No texto, o pronome **esse**, em “Nesse conjunto” (ℓ.3), refere-se a “Rede Ferroviária Federal S.A.” (ℓ.1-2), composta pelas “diferentes ferrovias públicas do país” (ℓ.2).
- 5 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e de seu sentido original, o trecho “Nesse conjunto, a de maior (...) era a mais importante” (ℓ.3-5) poderia ser corretamente reescrito da seguinte maneira: Nesse conjunto, apesar de a Rede Mineira de Viação ter a maior quilometragem, a Estrada de Ferro Central do Brasil, de quilometragem não muito menor, era a mais importante.
- 6 Em “A política para passageiros era clara: transporte de massas em grandes centros urbanos” (ℓ.23-24), o sinal de dois-pontos introduz uma explicação.

1 A expansão de vias é considerada um agravante do  
problema das cidades de hoje. Grandes investimentos são  
realizados para a duplicação de vias, construção de viadutos e  
4 estacionamentos, em detrimento da melhoria do transporte  
coletivo ou de formas alternativas de transporte. Tal política  
incentiva o uso de carro e, em consequência, o aumento do  
7 número de carros, o que demanda contínuas expansões.  
Como consequência, ocorrem problemas urbanísticos —  
congestionamentos, acidentes, diminuição e segregação do  
10 espaço público — e ambientais — poluição atmosférica e  
sonora, impermeabilização do solo.

Os impactos do transporte urbano sobre a pobreza  
13 podem ser compreendidos de duas formas: indireta e direta. Os  
impactos indiretos referem-se às externalidades do transporte  
urbano sobre a competitividade das cidades (as economias ou  
16 deseconomias urbanas) e seus efeitos sobre a atividade  
econômica. Os impactos diretos envolvem o acesso aos  
serviços e às atividades sociais básicas e às oportunidades de  
19 trabalho.

O transporte coletivo é a primeira opção em que se  
22 pensa ao se planejar o desestímulo ao uso do carro, mas,  
para curtas distâncias, a bicicleta tem um potencial maior.  
É interessante a combinação entre transporte coletivo para  
longas distâncias e bicicleta para curtas.

O baixo custo de aquisição e manutenção da bicicleta,  
25 assim como a facilidade de manuseio, faz que ela seja  
um instrumento acessível para as diversas rendas e idades. São  
vantagens do uso da bicicleta como transporte urbano a  
28 economia com o custo do tempo gasto e o custo no transporte  
em si, seja para o usuário, seja para a cidade e o Estado, além  
do baixo impacto ambiental causado pelo veículo e pela  
31 infraestrutura que demanda. A vulnerabilidade do ciclista  
perante os carros, por sua vez, é uma das maiores desvantagens  
do uso da bicicleta como meio de transporte.

Camila de Carvalho Pires. *Potencialidades cicloviárias no Plano  
Piloto*. Internet: <<http://bdtd.bce.unb.br>> (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima,  
julgue os itens subsequentes.

- 7 Nas linhas 8 e 10, os travessões são empregados para isolar os exemplos dados pela autora para problemas urbanísticos e problemas ambientais.
- 8 Em “um instrumento acessível para as diversas rendas e idades” (ℓ.27), o trecho “para as” poderia ser substituído por **às**, sem prejuízo da correção gramatical ou para o sentido original do texto.
- 9 A oração “ao se planejar o desestímulo ao uso do carro” (ℓ.21) exprime ideia de tempo em relação à oração que a antecede.
- 10 O emprego do acento gráfico em “política”, “veículo” e “público” deve-se à mesma regra de acentuação gráfica.
- 11 O trecho “faz que ela seja” (ℓ.26) poderia ser corretamente substituído por **faz dela**.
- 12 No texto, o uso do conectivo “ou” (ℓ.15) entre as palavras “economias” e “deseconomias” (ℓ.15-16) indica alternância entre elas.
- 13 O texto argumenta a favor do uso da bicicleta como meio de transporte urbano coletivo prioritário.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens seguintes.

- 14 Não é permitido, na redação de documento oficial, o uso de linguagens escritas típicas de redes sociais na Internet, haja vista que são variedades de uso restrito a determinados grupos e círculos sociais.
- 15 No que se refere ao emprego de consoantes, o referido manual apresenta o termo “extensão” como ato ou efeito de “estender”, apesar da diferença de grafia.
- 16 O domínio do padrão culto da língua é fator suficiente para garantir a concisão no texto redigido — qualidade inerente aos documentos oficiais —, evitando-se, desse modo, a necessidade de revisão textual.
- 17 O expediente exposição de motivos aceita os fechos Respeitosamente e Atenciosamente.

O Diretor-geral da ANTT concedeu a uma entidade privada de filantropia autorização para a utilização do auditório da sede do órgão, com vistas à realização de um evento de capacitação de catadores de materiais recicláveis. Alguns dias após ter sido dada a autorização, entretanto, surgiu a necessidade de se utilizar o auditório da entidade, no mesmo período, como sede do Seminário Nacional de Infraestrutura de Transportes Rodoviários, realizado pela ANTT, em conjunto com o DNIT e com o Ministério dos Transportes.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 18 A autorização é espécie de ato administrativo discricionário e precário.
- 19 A ANTT é autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes e, por isso, o ministro dos Transportes pode revogar os atos praticados pelo diretor-geral da ANTT.
- 20 Em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, é possível anular o ato que autorizou a entidade privada a utilizar o auditório, com fundamento no juízo de oportunidade e conveniência da administração.

Com relação ao regime jurídico administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 21 Um servidor pode ser punido nas esferas administrativa, civil e penal, em razão de um mesmo e único fato, desde que o ato tenha sido praticado no desempenho das atribuições do cargo ou função.
- 22 Em razão do princípio da oficialidade, após a instauração do processo administrativo, a administração poderá, de ofício, dar andamento ao processo, entretanto, os processos administrativos serão sempre instaurados mediante pedido da parte interessada.
- 23 O Congresso Nacional, por ser um órgão legislativo, não pratica atos administrativos.

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

- 24 Um exemplo de norma de eficácia contida, aquela que pode ser restringida por Constituição ou legislação infraconstitucional, é o dispositivo constitucional que garante a livre escolha da profissão ou ofício, condicionando a referida liberdade às qualificações previstas em lei.

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item que se segue. Considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

- 25 Caso matéria publicada em jornal tenha sido ofensiva a determinada pessoa, o ofendido não poderá cumular o pedido de indenização pelo dano material, moral ou à imagem com o direito de resposta, uma vez que estes configuram direitos excludentes entre si, conforme preceitua a CF.

No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado brasileiro e aos servidores públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Considere que um servidor público com mais de três anos de efetivo exercício esteja respondendo a processo administrativo em virtude de ter praticado infração funcional. Nessa situação, o servidor não poderá perder seu cargo, pois, de acordo com a CF, ele já adquiriu estabilidade.
- 27 De acordo com a CF, compete à União, aos estados e aos municípios legislar, concorrentemente, sobre diretrizes da política nacional de transportes.

Acerca dos poderes da República e das funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

- 28 Considere que um ente federativo tenha ajuizado ação civil pública tendo por objeto conduta lesiva ao meio ambiente. Nessa situação, a ação não será admitida, já que, segundo a CF, a competência para o ajuizamento da ação civil pública é privativa do Ministério Público.
- 29 Compete privativamente ao Congresso Nacional editar medidas provisórias com força de lei, conforme preconiza a CF.

Com relação à ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 30 O servidor público da ANTT que se deparar com omissão praticada por profissionais ou qualquer agente do setor de transportes deve evitar manifestar-se acerca do acontecido, inclusive realizando representação por intermédio da via hierárquica, a fim de não incorrer em atos que interfiram na execução dos trabalhos e no relacionamento com seus colegas.
- 31 O servidor não poderá desprezar a ética na sua conduta, uma vez que o desrespeito à legalidade e à honestidade poderá caracterizar ato de improbidade administrativa.
- 32 O exercício do cargo com zelo e dedicação, além de dever do servidor, representa um ato de cidadania, na medida em que integra a vida particular do indivíduo e interfere no seu relacionamento com a sociedade.
- 33 No Código de Ética da ANTT, são previstas sanções de advertência e a censura ética em face do descumprimento de disposições, interferindo, na definição da penalidade a ser aplicada, a análise da gravidade da infração cometida, os consequentes danos para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Em relação ao histórico e às características dos órgãos reguladores no Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 34 O Estado, ao exercer o papel de órgão regulador, cabe zelar pelo direito dos investidores, que almejam um sistema regulatório estável, bem como dos consumidores, que visam evitar preços abusivos e desejam ter acesso a serviços de qualidade.
- 35 A criação dos órgãos reguladores no Brasil coincide com a assunção, pelo Estado, de atividades empresariais típicas, em especial no setor de infraestrutura, em um contexto de centralização política e administrativa.

Acerca das teorias de regulação, das boas práticas regulatórias e da regulação do setor de transportes terrestres no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 36 A proporcionalidade, no sentido de que o Estado só deve intervir quando se fizer necessário e de forma proporcional aos problemas existentes, constitui um valor que deve nortear a busca por uma maior qualidade regulatória.
- 37 Cabe à ANTT, em sua atuação regulatória, rever e reajustar as tarifas dos serviços prestados, conforme as disposições contratuais, após prévia comunicação ao Ministério da Fazenda.
- 38 Uma das formas de implementar a teoria do agente principal consiste na busca por uma regulação tarifária que atenda a interesses de consumidores e investidores, estimulando a eficiência do setor.

O transporte público no Brasil e, em particular, o arranjo institucional do sistema urbano de transporte público têm sido assuntos muito discutidos. Sob um ponto de vista, defende-se a abertura do setor de transporte urbano rodoviário, com o objetivo de ampliar a concorrência e, dessa forma, reduzir o preço e aumentar a qualidade do serviço prestado. Contudo, a linha de transporte urbano, assim como, por exemplo, o serviço de abastecimento de água, são monopólios naturais e, portanto, possuem características econômicas específicas e diferentes da concorrência perfeita.

A partir das informações do texto acima e das implicações do tema nele abordado, julgue os itens subsequentes.

- 39 Uma elasticidade-preço cruzada da demanda com valor positivo indica a presença de concorrentes no local geográfico de interesse.
- 40 Um mercado é considerado um monopólio natural caso os custos da indústria sejam minimizados, havendo uma única firma no mercado; nessa situação, uma única empresa é capaz de produzir a quantidade total ofertada por uma indústria e a custo inferior ao custo de produção por diversas empresas.
- 41 No monopólio natural, cria-se, para o formulador de políticas econômicas, um conflito entre a eficiência alocativa dos recursos e a eficiência produtiva; nesse contexto, o indexador de reajuste tarifário da regulação por preços (preço máximo) deve ser um índice de preços do setor, e não um índice geral de preços.

No que se refere às práticas e aos modelos relacionados à defesa da concorrência, julgue os itens a seguir.

- 42 Na Lei n.º 12.529/2011 — que estrutura o sistema brasileiro de defesa de concorrência —, foi excluída a obrigatoriedade da análise prévia dos atos de concentração, prevista na Lei n.º 8.884/1994 — que trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.
- 43 O ato de concentração vertical concentra-se nas operações de fusão, aquisição ou *joint ventures* entre empresas que se relacionam ao longo de uma cadeia produtiva, como a de vendedores e compradores.

Com base na Lei n.º 10.871/2004 e suas alterações, julgue os próximos itens, relativos à criação de carreiras e à organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas agências reguladoras.

- 44 Caso um especialista em regulação preste serviço a empresa fiscalizada por sua agência reguladora, ainda que a prestação do serviço seja eventual, ele estará sujeito à pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- 45 É vedada a especialista em regulação que se aposenta a incorporação ao salário da gratificação de desempenho de atividade de regulação (GDAR) que recebia quando em atividade.

Considerando as disposições da Lei n.º 10.233/2001, julgue os itens seguintes.

- 46 A exploração de determinada atividade em regime de autorização é exercida, por empresa privada, em liberdade de preços de serviços, tarifas e fretes.
- 47 Um requisito para que empresa privada explore infraestrutura de uso privativo é a outorga de autorização.

Com relação ao regime de concessão e permissão da prestação, mediante licitação, de serviços públicos, julgue o item a seguir à luz da Lei n.º 8.987/1995.

- 48 Considere que uma concessionária de serviço público descumpra cláusula contratual referente à sua concessão. Nessa situação, para que ocorra a extinção do contrato, será necessário que o poder concedente impetre ação judicial para a declaração da caducidade da concessão.

Com base no regulamento da ANTT (Decreto n.º 4.130/2002) e nas normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos (Lei n.º 9.074/1995), julgue os itens a seguir.

- 49 Se determinado município decidir prestar serviço alternativo de passageiro utilizando *vans*, sob o regime de concessão ou de permissão, ele deverá editar lei municipal específica para a delegação desse serviço.
- 50 Caso uma empresa privada pretenda prestar serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, ela deverá celebrar contrato de permissão com a ANTT.